

RELATÓRIO E CONTAS

CARCLASSE, SA

17



ÓRGÃOS SOCIAIS	04
RELATÓRIO DE GESTÃO	05
Síntese de dados/ Indicadores	06
Enquadramento Macroeconómico	07
A Empresa	09
Síntese dos Indicadores	11
Perspectivas para 2018/2019	12
Aplicação dos Resultados	12
Anexo ao Relatório de Gestão	13
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
Balanço em 31 de dezembro de 2017	16
Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2017	17
Demonstração de Fluxos de Caixa	18
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	19
Anexo às Demonstrações Financeiras	20
ANEXOS	51
Certificação Legal de Contas	52
Relatório e Parecer do Fiscal Único	54



RELATÓRIO
GESTÃO 2017



MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Manuel Martinho Pinheiro Santos Gonçalves

Secretária

Mariana Lopes Gonçalves Névoa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Domingos Gonçalves Névoa
NIF/NIPC 131857347

Vogais

Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa
NIF/NIPC 226006883

Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa
NIF/NIPC 227309774

FISCAL ÚNICO

Efetivo

Gaspar Vieira de Castro, ROC 557
NIF/NIPC 156805944

Suplente

Anabela Barbosa Dias, ROC 1278
NIF/NIPC 198843410

RELATÓRIO GESTÃO 2017



Prezados Acionistas:

No seguimento das disposições legais, vem o Conselho de Administração desta empresa submeter à apreciação de V.Ex.as, o Relatório de Gestão e Contas da Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A., referente ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2017.



SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

	2014	2015	2016	2017
Capital Social	5.100.000	5.100.000	7.500.000	9.000.000
Capital Próprio	13.241.164	14.157.451	18.603.804	22.189.902
Ativo Líquido Total	74.033.799	76.027.401	88.727.309	93.597.691
Volume de Negócios	110.877.802	129.205.206	159.609.534	185.416.801
EBITDA (Cash Flow Operacional) (1)	4.529.707	4.647.129	6.320.040	5.834.841
EBIT (Resultado Operacional)	3.137.278	2.999.263	4.289.478	4.459.596
Resultado Financeiro	(1.711.994)	(1.509.797)	(1.468.893)	(1.452.489)
Resultados Antes de Impostos	1.425.294	1.408.467	2.820.585	3.007.107
Resultado Líquido do Exercício	561.854	874.166	2.001.613	2.041.358
(em euros)				
Autonomia Financeira (estrita)	17,9%	18,6%	20,1%	23,7%
Autonomia Financeira (alargada)	22,8%	23,1%	22,8%	28,5%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	4,2%	6,2%	10,7%	9,2%
Rentabilidade do Ativo	0,8%	1,1%	2,3%	2,2%

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
- Imparidades e Reversões – Provisões

Colaboradores	340	361	390	423

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2017, a economia portuguesa cresceu mais que o conjunto dos países da região do euro, o que já não acontecia desde 1999. Sendo os principais motores de crescimento, as exportações, o consumo das famílias e o investimento.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos e continuaram negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.013p.p e 0.042p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

EVOLUÇÃO EURIBOR

	2015	2016	2017
Euribor 1M	-0,23%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,13%	-0,32%	-0,33%
Euribor 6M	-0,04%	-0,22%	-0,26%
Euribor 12M	0,06%	-0,08%	-0,15%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O preço do petróleo apresentou um crescimento superior a 20% face ao ano anterior, interrompendo a tendência descendente observada no período 2013-2016. O preço do petróleo em média em 2017 situou-se em 48.2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

Em 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 1.4%, o que representa um aumento de 0.8p.p face aos valores de 2016.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 1.6%, (aumento de 1.0p.p. face ao ano de 2016).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL

	2015	2016	2017
PIB	1,6%	1,5%	2,7%
IPC	0,5%	0,6%	1,4%
IHPC	0,5%	0,6%	1,6%
Desemprego	12,4%	11,1%	8,9%
Consumo Privado*	2,6%	2,1%	2,2%
Consumo Público*	0,8%	0,6%	0,1%
Exportações*	6,1%	4,1%	7,7%
Importações*	8,2%	4,1%	7,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE Dezembro de 2017

A taxa média de desemprego em 2017 ascendeu a 8,9%, menos 2.2p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

	2015	2016	2017
Média Tensão	161	165	167
Baixa Tensão Especial	175	180	182
Baixa Tensão Normal	146	150	152

Fonte: ERSE

Em 2017, o PIB registou um aumento de 2,7%, continuando a economia portuguesa a apresentar um perfil de crescimento já iniciado em 2013. Para esta evolução contribuiu o aumento do investimento e das exportações de bens e serviços, com destaque para o setor do turismo e do consumo privado, pela recuperação do mercado de trabalho, com um crescimento do emprego.

A tendência favorável da procura externa dirigida à economia portuguesa; a esperada manutenção das taxas de juro em níveis muito reduzidos, embora em ascensão; preços do petróleo acima de mínimos recentes, mas com evolução que se espera contida, sustentará o maior dinamismo da economia portuguesa projetado para os próximos anos.

A EMPRESA

O ano de 2017 foi caracterizado pela gestão em pleno da n/ administração decorrente da alteração acionista ocorrida.

Em 2017, o volume de negócios – na ordem dos 185M€ - teve um aumento de +25,8M€ (+16,2%), o que originou um incremento de €170.000 no resultado operacional (+ 4%) que ascendeu assim a 4,5M€ vs os 4,3M€ registado em 2016).

De notar que, com a autonomização da RAC via Stern Rent, Lda registou-se uma alteração no perfil das amortizações na Carclasse (menos 1M€) mas também uma considerável diminuição nos ganhos de alienação de tais viaturas, na dos €500.000.

De registar o significativo aumento do volume de negócios do Após-Venda que em 2017 atingiu os 33,4M€ vs os 28,7M€ de 2016, ou seja uma variação de + 4,7M€ (+ 16,7%).

De registar o aumento do nº de colaboradores em 12.2017 - 423 vs 390 em 12.2016 bem como dos “Custos com Pessoal” em + 2,1M€ , que em 2017 atingiu o valor recorde de 12,2M€ vs 10,1M€ em 2016.

RECURSOS HUMANOS

O quadro da empresa, a 31 de Dezembro de 2017, era constituído por 423 funcionários. A empresa conta ainda com a participação de outros colaboradores que não integram os quadros, cujo custo está refletido nos “Fornecimentos e Serviços Externos”, nomeadamente nas rubricas “Honorários” e “Trabalhos Especializados”.

UNIDADES MATRICULADAS

	Empresa			Mercado		
	2016	2017	Variação 17/16	2016	2017	Variação 17/16
MB - Ligeiros Passageiros	2.032	2.183	+ 7,4% ↗	15.308	16.273	+ 6,3%
MB - SMART	290	283	- 2,4% ↘	3.034	3.126	+ 3,0%
MB - Comerciais Ligeiros	319	377	+ 18,2% ↗	1.564	1.823	+ 16,6%
MB - Comerciais Pesados	53	80	+ 50,1% ↗	549	818	+ 49%
Jaguar	127	164	+ 29,1% ↗	632	697	+ 10,3%
Land Rover	284	280	- 1,4% ↘	944	1.035	+ 9,6%
Total	3.105	3.367	+ 8,4% ↗	22.001	23.772	+ 8,0%
Usados	1.021	1.326	+ 29,9% ↗	NA	NA	NA
RAC	93	103	+ 10,7% ↗	NA	NA	NA

SERVIÇO DE APÓS - VENDA

	2013	2014	2015	2016	2017	17/16	17/16
				(sem RAC)	(sem RAC)	Variação	Variação
Estabelecimento de Braga	5.117.683	4.977.839	4.911.505	5.173.562	5.963.241	+ 15,3%	+ 789.679
Estabelecimento de Famalicão	3.476.061	3.542.160	3.790.785	4.103.467	4.299.107	+ 4,8%	+ 195.640
Estabelecimento de Barcelos	2.675.087	2.597.543	2.923.010	3.155.896	2.897.458	- 8,2%	- 258.438
Estabelecimento de Viana Castelo	2.258.137	2.166.802	2.326.678	2.641.461	2.804.883	+ 6,2%	+ 163.422
Estabelecimento de Guimarães	3.614.673	3.552.629	3.769.870	4.337.283	5.033.513	+ 16,0%	+ 696.230
Estabelecimento de Lisboa	5.882.914	6.697.532	7.168.551	9.236.367	12.427.036	+34,5%	+3.190.669
Total	23.024.555	23.536.506	24.890.399	28.648.036	33.425.239	+ 16,7%	+4.777.203

(em euros)

SITUAÇÃO FINANCEIRA / SÍNTESE DOS INDICADORES

RESULTADOS	2013	2014	2015	2016	2017	Δ
EBITDA	+ 3.642.849	+ 4.529.707	+ 4.647.129	+ 6.320.040	5.834.841	- 7,7%
Resultados Operacionais	+ 2.321.622	+ 3.137.278	+ 2.999.263	+ 4.289.478	4.459.596	+ 4,0%
Resultado antes Impostos	+ 566.963	+ 1.425.294	+ 1.408.466	+ 2.820.585	3.007.107	+ 6,6%
Resultado Líquido	+ 199.934	+ 561.854	+ 874.166	2.001.613	2.041.358	+ 2,0%

(em euros)

QUESTÕES AMBIENTAIS

A empresa, cumpriu com todas as obrigações legais com o objectivo de evitar e/ou reduzir os danos ambientais decorrentes do exercício da sua actividade.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa, à data de 31 de Dezembro de 2017, não tinha em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data de referência dos documentos de prestação de contas e a data da sua apresentação para apreciação não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

Não ocorreram outros factos relevantes após o termo deste exercício que ponham em causa a evolução previsível da sociedade.

OUTROS ELEMENTOS

Não houve aquisição ou alienação de ações próprias durante o período, no entanto a Carclasse detém 27.008 ações próprias (adquiridas em anos anteriores), no valor nominal global de € 135.040, correspondentes a 1,500% do capital social da sociedade.

Não foram efectuados negócios entre a Sociedade e os seus administradores que estivessem sujeitos ao regime previsto no art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais.

O capital social foi aumentado em 2017, por entrada de dinheiro, para 9.000.000, sendo constituído por 1.800.000 ações escriturais, nominativas, com o valor unitário de 5 euros, e encontra-se totalmente realizado.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A Carclasse está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pela Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

A Empresa recorre ao crédito bancário para financiar a sua atividade, através de mútuos de médio e longo prazo, e ao recurso a contas correntes caucionadas, bem como a crédito ao stock por parte das financeiras das marcas e a suprimentos obtidos dos acionistas.

PERSPECTIVAS E OBJECTIVOS PARA 2018/2019

Para o biénio 2018/2019 renova-se estratégia na aposta de novas instalações integradas e autónomas na Land Rover e da Jaguar em Lisboa, no que designamos como fase 2 da MGC33, bem como o atingimento de 200M€ de volume de negócios no período 2018/2019.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

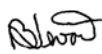
O Conselho de Administração, propõem aos accionistas que do resultado líquido do exercício, que ascendeu a um lucro de € 2.041.358,62 (dois milhões e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e oito euros e sessenta e dois euros) seja transferido para Reserva Legal no montante de € 300.000,00 e o restante no montante de € 1.741.358,62 para a conta de Resultados Transitados.

Este Conselho de Administração exprime o seu reconhecimento a todos os colaboradores da empresa, bem como a todos aqueles que contribuíram para os excelentes resultados obtidos, como é o caso de clientes, fornecedores, instituições financeiras, entre outros.

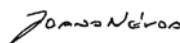
Braga, 21 de Abril de 2018



O Conselho de Administração
Domingos Gonçalves Névoa



Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa



Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Nos termos do Artigo 447º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos sociais de Administração e de Fiscalização no Capital Social é a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administrador	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Domingos Gonçalves Névoa	1.772.982	8.864.910€	98,50 %
Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa	0	0 €	0 %
Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa	0	0 €	0 %
TOTAL	1.772.982	8.864.910€	98,50%

FISCAL ÚNICO

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados – S.R.O.C., Lda.

Representado por: Dr. Gaspar Vieira de Castro

Suplente do Fiscal Único: Dra. Anabela Barbosa Dias

Os seus membros não possuem qualquer ação da sociedade.

2. Nos termos do Artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os acionistas titulares de, pelo menos, um décimo do Capital Social:

Acionistas	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Domingos Gonçalves Névoa	1.772.982	8.864.910€	98,50 %
TOTAL	1.772.982	8.864.910€	98,50%



*DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2017*



BALANÇO INDIVIDUAL EM 2017.12.31 E 2016.12.31

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	9/23	32.780.603,41	38.725.686,89
Activos intangíveis	8	22,93	1.832,44
Outros Investimentos Financeiros	7/19	81.223,75	54.697,93
Activos por impostos diferidos	17	10.407,17	14.323,47
		32.872.257,26	38.796.540,73
Activo corrente			
Inventários	13	36.900.134,29	30.752.777,36
Clientes	19/12	12.977.665,67	11.546.050,56
Estado e outros entes públicos	17/23	538.339,65	1.865.264,50
Outros créditos a receber	7/19	8.455.246,03	4.791.848,13
Diferimentos	23	176.464,24	249.900,55
Activos financeiros detidos para negociação	19	1.045,05	905,40
Caixa e depósitos bancários	5	1.676.539,32	724.022,70
		60.725.434,25	49.930.769,20
Total do Activo		93.597.691,51	88.727.309,93
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	21	9.000.000,00	7.500.000,00
Acções (quotas) próprias	21	(135.040,00)	(135.040,00)
Reservas legais	21	1.500.000,00	691.801,01
Outras reservas	21	436.238,24	436.238,24
Resultados transitados	21	3.092.382,10	1.709.632,23
Excedentes de revalorização	9/21	6.254.963,98	6.399.559,85
Resultado líquido do período	21	2.041.358,62	2.001.612,91
Total do Capital Próprio		22.189.902,94	18.603.804,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15		7.029,90
Financiamentos obtidos	9/17	8.498.589,74	6.660.665,64
Passivos por impostos diferidos	17	1.017.620,03	1.067.053,23
		9.516.209,77	7.734.748,77
Passivo corrente			
Provisões	15	6.650,00	22.200,00
Fornecedores	19	6.995.229,51	8.925.397,51
Adiantamentos de clientes	19	1.817.936,60	2.908.933,98
Estado e outros entes públicos	17/23	590.335,88	1.498.659,68
Financiamentos obtidos	19/10/7	48.534.400,33	45.870.647,14
Outras dívidas a pagar	19/7	3.614.283,62	2.911.332,95
Diferimentos	23	332.742,86	251.585,66
		61.891.578,80	62.388.756,92
Total do Passivo		71.407.788,57	70.123.505,69
Total do Capital Próprio e do Passivo		93.597.691,51	88.727.309,93

(em euros)



O Conselho de Administração
Domingos Gonçalves Névoa



Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa



Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa



O Contabilista Certificado N.º 32337
Maria da Luz Vilaça Costa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31.12.2017 E 31.12.2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas	14	178.192.691,73	152.741.432,73
Serviços prestados	14	7.224.109,30	6.868.102,94
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13	(165.018.912,22)	(141.991.228,88)
Fornecimentos e serviços externos	23	(7.733.706,57)	(6.340.183,64)
Gastos com pessoal	20	(12.202.158,62)	(10.133.224,27)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(51.016,66)	(48.901,77)
Provisões (aumentos/reduções)	15	17.300,00	9.650,00
Aumentos/Reduções de justo valor		139,65	(182,10)
Outros rendimentos	14/23/16	7.721.918,79	7.526.751,59
Outros gastos	23	(2.315.524,11)	(2.312.176,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.834.841,29	6.320.040,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8/9	(1.375.245,17)	(2.030.561,64)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.459.596,12	4.289.478,58
Juros e gastos similares suportados	23/19	(1.452.489,38)	(1.468.892,91)
Resultado antes de impostos		3.007.106,74	2.820.585,67
Imposto sobre rendimento do período	17	(965.748,12)	(818.972,76)
Resultado líquido do período		2.041.358,62	2.001.612,91

(em euros)



O Conselho de Administração
Domingos Gonçalves Névoa



Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa



Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa



O Contabilista Certificado N.º 32337
Maria da Luz Vilaça Costa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 2017

RUBRICAS	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de clientes	183.650.772,88	158.621.273,88
Pagamentos a fornecedores	- 180.830.143,72	- 150.925.992,26
Pagamentos ao pessoal	- 11.717.878,54	- 10.031.285,06
Caixa gerado pelas operações	- 8.897.249,38	- 2.336.003,44
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento	1.148.966,69	- 425.767,99
Outros recebimentos / pagamentos	6.237.725,24	- 1.553.385,73
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	- 1.510.557,45	- 4.315.157,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	- 2.179.372,17	- 10.242.853,28
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	3.032.446,37	12.580.592,75
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	853.074,20	2.337.739,47
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	214.283.905,54	193.132.285,71
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	1.500.000,00	2.400.000,00
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	- 212.656.711,82	- 191.716.590,86
Juros e gastos similares	- 1.535.781,35	- 1.460.476,63
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	1.591.412,37	2.355.218,22
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	933.929,12	377.800,53
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	742.610,20	364.809,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.676.539,32	742.610,20

(em euros)

O Conselho de Administração
Domingos Gonçalves Névoa

Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa

Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa

O Contabilista Certificado N.º 32337
Maria da Luz Vilaça Costa

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

Descrição	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE								Total do Capital
	Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Exced. de revalorização	Result. líquido do período	Total	Próprio
Posição em 01-01-2016	1	5.100.000,00	(135.040,00)	648.092,70	436.238,24	689.838,44	6.544.155,72	874.166,15	14.157.451,25
Alterações no Período									
Realização do excedente de revalorização					209.196,76	(189.335,95)		19.860,81	19.860,81
Excedentes de revalorização					(19.860,81)	7.000,03		(12.860,78)	(12.860,78)
Ajustamentos por impostos diferidos						37.740,05		37.740,05	37.740,05
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		2.400.000,00	43.708,31		830.457,84		(874.166,15)	2.400.000,00	2.400.000,00
	2	2.400.000,00	43.708,31		1.019.793,79	(144.595,87)	(874.166,15)	2.444.740,08	2.444.740,08
Resultado Líquido do Período	3						2.001.612,91	2.001.612,91	2.001.612,91
Resultado Integral	4=2+3	2.400.000,00	43.708,31		1.019.793,79	(144.595,87)	1.127.446,76	4.446.352,99	4.446.352,99
Operações com Detentores de Capital no Período									
	5								
Posição em 31-12-2016	6=1+2+3+5	7.500.000,00	(135.040,00)	691.801,01	436.238,24	1.709.632,23	6.399.559,85	2.001.612,91	18.603.804,24
(em euros)									

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

Descrição	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE								Total do Capital
	Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Exced. de revalorização	Result. líquido do período	Total	Próprio
Posição em 01-01-2017	1	7.500.000,00	(135.040,00)	691.801,01	436.238,24	1.709.632,23	6.399.559,85	2.001.612,91	18.603.804,24
Alterações no Período									
Realização do excedente de revalorização					209.196,76	(189.335,95)		19.860,81	19.860,81
Excedentes de revalorização					(19.860,81)	7.000,03		(12.860,78)	(12.860,78)
Ajustamentos por impostos diferidos						37.740,05		37.740,05	37.740,05
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		1.500.000,00	808.198,99		1.193.413,92		(2.001.612,91)	1.500.000,00	1.500.000,00
	2	1.500.000,00	808.198,99		1.382.749,87	(144.595,87)	(2.001.612,91)	1.544.740,08	1.544.740,08
Resultado Líquido do Período	3						2.041.358,62	2.041.358,62	2.041.358,62
Resultado Integral	4=2+3	1.500.000,00	808.198,99		1.382.749,87	(144.595,87)	39.745,71	3.586.098,70	3.586.098,70
Operações com Detentores de Capital no Período									
	5								
Posição em 31-12-2017	6=1+2+3+5	9.000.000,00	(135.040,00)	1.500.000,00	436.238,24	3.092.382,10	6.254.963,98	2.041.358,62	22.189.902,94
(em euros)									

O Conselho de Administração
Domingos Gonçalves Névoa

Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa

Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa

O Contabilista Certificado N.º 32337
Maria da Luz Vilaça Costa

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 2017.12.31

(Montantes expressos em euro)

NOTA 1 (Identificação da entidade)

A Carclasse – Comércio de Automóveis SA (adiante designada por Carclasse SA) iniciou a sua actividade em 18-06-1993. Em 2007, a Carclasse SA incorporou, por fusão, as entidades Manuel G Castro SA e Braviclasse Lda. A sua sede social é em Braga, na Estrada Nacional 101, freguesia de Nogueira. A entidade dedica-se ao comércio de automóveis, peças e acessórios, à manutenção e reparação de automóveis e ao rent-a-car, e tem estabelecimentos em Braga, Guimarães, Barcelos, Viana, Vila Nova de Famalicão e Lisboa. Representa as marcas Mercedes-Benz, Smart, Evobus, Land Rover e Jaguar.

NOTA 2 (Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras)**2.1** Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e as Normas Interpretativas, consignadas respetivamente nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, juntamente com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) e a Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de Contas) que no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, pelas Leis n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, com as retificações das Declarações de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro, e 41-B/2015, de 21 de setembro, e das Declarações de Retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro e 918/2015, de 19 de outubro.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias expressas nas presentes DFs são comparáveis entre os períodos de 2017 e 2016, não tendo ocorrido qualquer alteração nas políticas contabilísticas.

NOTA 3 (Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória)

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 01/01/2009 de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos. O impacto nas demonstrações financeiras da entidade referente à adoção pela primeira vez das NCRF encontra-se divulgado nas demonstrações financeiras do ano 2010. A adoção das NCRF não teve qualquer impacto ao nível dos Fluxos de Caixa.

NOTA 4 (Principais políticas contabilísticas)

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras. As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas nos parágrafos seguintes. A aplicação destas políticas foi efetuada de forma consistente nos períodos comparativos

a) Activos intangíveis

Os activos intangíveis compreendem exclusivamente programas de computador, registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações acumuladas (não existem perdas de imparidade). Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando deles se esperam benefícios económicos futuros, se possa medir razoavelmente e o seu valor se a empresa possuir controlo sobre os mesmos. As amortizações são calculadas de acordo com a vida útil estimada, pelo método da linha recta. Não existem activos intangíveis gerados internamente.

b) Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, com a exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Após o reconhecimento inicial nos termos do parágrafo anterior, as classes de ativos – Terrenos e de Edifícios são mensuradas pelo modelo da revalorização, com base em avaliações de peritos independentes, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidades acumuladas subsequentes. As revalorizações são efetuadas com a regularidade necessária para assegurar que a quantia escriturada não difere materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço. A última revalorização foi efetuada em 2010, no entanto a Administração estima que as quantias escrituradas, daquelas classes de ativos, não diferem materialmente do seu justo valor à data de relato.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, com início após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos. As vidas úteis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados por natureza.

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis é determinada após a dedução do seu valor residual, que para o equipamento de transporte ainda afeto à atividade de rent-a-car se estima em 30% do valor de aquisição, tendo em conta uma vida útil estimada de 5 anos. Para os restantes bens considera-se um valor residual nulo, por se entender que este é imaterial para o cálculo da quantia depreciável.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Terrenos e recursos naturais	Ilimitada
Edifícios e outras construções	8 a 100
Equipamento básico	8 a 20
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 20
Outros activos fixos tangíveis	6 a 20

Os custos com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes activos são registados como gastos de período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda, e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos em fase de construção (pequenas adaptações em alguns dos estabelecimentos, assim como o início da ampliação das instalações de Braga, obra entretanto interrompida por período indeterminado, e obra nas instalações de Lisboa).

c) Investimentos financeiros

Os outros investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que os ativos possam estar em imparidade, será efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registados como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

d) Imparidade de activos

A Carclasse, SA avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e reconheceras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos.

e) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Quando todos os riscos e vantagens inerentes à posse são transferidos para a Carclasse (locatário), os contratos são classificados como locações financeiras; quando tal não acontece, são classificados como locações operacionais.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como activo, e correspondentemente a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos Obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

f) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição, sendo as fórmulas de custeio as seguintes:

- **Identificação específica:** para as viaturas;

- **Custo médio ponderado:** para peças e acessórios.

A Carclasse utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

Não foram registadas perdas por imparidade, por não serem materialmente relevantes.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

g) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, não tendo havido qualquer capitalização dos mesmos.

h) Instrumentos financeiros

I. **Dívidas de Terceiros:** as dívidas de terceiros são registadas ao custo amortizado, e apresentadas no balanço, deduzidas das respectivas perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas quando surgem indícios que a dívida, ou parte dela, não será recebida (informações judiciais, incumprimento, mora, etc).

II. **Empréstimos:** os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transacção directamente atribuíveis, e a sua expressão no balanço (corrente e não corrente) depende do seu vencimento até ou mais de um ano. O seu desreconhecimento ocorre após liquidação, cancelamento ou expiração dos contratos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados de acordo com o regime do acréscimo.

III. **Dívidas a terceiros:** as dívidas a fornecedores e/ou outros terceiros são registadas ao custo amortizado, sendo o seu desreconhecimento efectuado no momento da liquidação, cancelamento ou expiração.

IV. **Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio:** um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio são reconhecidos pela Carclasse apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, e os instrumentos de capital próprio são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber, os activos cotados em bolsa estão mensurados ao justo valor.

V. **Letras descontadas:** as letras não vencidas, apesar de descontadas numa instituição financeira, estão reconhecidas no activo; por outro lado, a contrapartida monetária dos activos cedidos a essa instituição está registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

VI. **Caixa e depósitos bancários:** os valores incluídos em “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem, sendo que os descobertos em depósitos à ordem estão reconhecidos na rubrica de Financiamentos obtidos. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

i) **Provisões, passivos contingentes e activos contingentes:** São reconhecidas provisões quando exista uma obrigação presente, legal ou construtiva; seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões que figuram nas DFs referem-se a garantias pós-venda (Viaturas usadas) e a processos judiciais em curso.



As provisões são revistas anualmente, e ajustadas de forma a reflectir a melhor estimativa a essa data, sendo a actualização reconhecida em resultados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

j) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os valores recebidos e pagos a as respectivas receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

l) Rédito

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos e serviços, líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, descontos e abatimentos.

O rédito é reconhecido na demonstração de resultados quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a empresa, e os custos incorridos ou a ser incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

m) Subsídios do governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

n) Imposto sobre o rendimento do período

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), mas suscetíveis de utilização futura.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

o) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, comissões, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal, entre outras remunerações. Estão ainda incluídas as contribuições para a segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto do período em que os serviços são prestados (nomeadamente férias vencidas a 31/12/2017 e respectivo subsídio de férias, assim como as comissões não pagas referentes a vendas já efectuadas, acrescidos dos montantes da Taxa social única), por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos nos períodos em que ocorrem.

p) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, serão divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

É de referir ainda que todas as quantias estão disponíveis para uso.

4.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das DF's de acordo com as NCRF, a Administração da Carclasse utilizou estimativas e pressupostos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nas DF's. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos, mas não significativamente.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem:

- a)** Justo valor e vidas úteis dos activos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b)** Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c)** Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, directamente associadas ao rédito (nomeadamente comissões de venda, apoios, bónus, rappel).

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da empresa, essencialmente tendo em conta as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsíveis ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas nos próximos períodos.

NOTA 5 (Fluxos de caixa)

A Empresa classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros e dividendos recebidos como atividades de investimento.

5.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos à ordem

Caixa	2017	2016
Fundo Fixo de caixa	61.164,57	60.993,79
Recebimentos de clientes e Facturas Recibo	129.786,11	102.704,70
Depósitos bancários		
Depósitos a prazo	-	4.381,25
Depósitos à ordem	1.485.588,64	555.942,96
	1.676.539,32	724.022,70

NOTA 6 (Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros)

Neste período:

- Não ocorreu a aplicação inicial de qualquer NCRF;
- Não foi efetuada nenhuma alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros;
- Não houve alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos;
- Não se detetaram erros materiais em relação a períodos anteriores.

NOTA 7 (Partes relacionadas)

7.1 Outras partes relacionadas

Os accionistas da Carclasse SA são, directa ou indirectamente titulares da totalidade ou de parte das seguintes entidades:

Bragaparkes - Estacionamento SA	Investiva SA	Luságua Serviços Ambientais SA
Comporest - Companhia de Estacionamento SA	Urbacérgicos - Gestão de espaços Comerciais SA	Tratave SA
PARQC - Parques de estacionamento da Covilhã, SA	Braval SA	Agere SA
PARQF - Parques de estacionamento de Famalicão, SA	Águas da Figueira da Foz SA	Aquapor SA
PARQM - Parques de estacionamento de Miraflores, SA	Águas da Teja SA	Criar Vantagens - Águas e Resíduos Lda
PARQT - Parques de estacionamento de Tomar, SA	Águas de Alenquer SA	Geswater Águas e Resíduos SA
Liscondes - Investimentos Imobiliários SA	Águas da Azambuja SA	FIIF - Fundo investimento
P.Mayer - Investimentos Imobiliários SA	Águas de Cascais SA	Construtores Água Linha ACE
Rodrigues & Névoa Lda	Águas de Gondomar SA	Haciarriba SA (Charneca)
Soconcal - Soc. Construtora do Cávado SA	Águas do Lena SA	HDN (França)
Invesprédio - Investimentos Imobiliários Lda	Águas do Planalto SA	Investhaed SA (Carregado)
Like In Lda	Águas do Sado SA	Neureifen - Empreendimentos S.A.
Urbaminho SA	Águas do Vouga SA	Rent Stern Aluguer de Veículos Unipessoal Lda
WAY2B - SGPS SA	Luságua Alcanena SA	
WAY2B ACE	Luságua Lisboa SA	

A Carclasse SA detém as seguintes participações financeiras:

Entidade	NIPC	Capital Social Entidade	% de participação	Valor reconhecido no balanço
G.P.L. Golfe de Ponte de Lima SA	503091871	498.800,00	1,00%	6.000,00

7.2 Remunerações dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da Carclasse passaram a ser remunerados em 2017, sendo o valor total de remunerações e encargos 367.031,26€.

7.3 Transacções entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Entidade	NIF	Contas a pagar (31/12/16)	Transacções do período 2016		
			Serviços Obtidos	Outros	...
URBAMINHO - Urbanizações do Minho S.A.	500427674	-	8.733,00		
Rodrigues & Nevoa, Lda.	501216855	16.784,32	20.323,37		
Bragaparkes SA	503208426	159,01	1.908,12		
Braval - Valoriz. e Trat. Resid. Sólidos S.A.	503730947	432,10	765,03		
Aquapor- Serviços, S.A	503913758	577,96	-		
Agere - Empresa de Águas	504807692	51.555,39	3.469,88		
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	507738950	9.125,98	220,60		
Like In, Lda.	509698298	2.275,00	2.275,00		
Neureifen - Empreendimentos SA	509981453	31.000,00	31.000,00		
FIIF Global Fundo	720008166	18.566,49	1.328.053,38		Rendas CCL Lisboa
		(653.558,61)	-	(228.558,61)	Adiantamento (Rendas)
		(1.605.000,00)	-	-	Adiantamento (Aquisição Instalações)
Totais		(2.165.215,34)	1.396.748,38	(228.558,61)	

Entidade	NIF	Contas a receber (31/12/16)	Transacções do período 2016		
			Serviços Prestados	Cedência do Espaço	Outros
Rodrigues & Nevoa, Lda.	501216855	3.194,58	3.194,58		
Bragaparkes SA	503208426	5.197,77	46.412,75	39.895,70	Deduzido do IRC
Braval - Valoriz. e Trat. Resid. Sólidos S.A.	503730947	9.356,22	68.730,53	-	
Aquapor- Serviços, S.A	503913758	5.465,12	255.296,15	250.475,58	Deduzido do IRC
Agere - Empresa de Águas	504807692	16.177,66	41.207,47	-	
Invesprédio - Investimentos Imobiliários Lda	504999699	-	8,25	-	
Geswater - Águas E Resíduos, S.A	507294963	469,22	594,91	-	
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	507738950	17.009,94	24.415,39	-	
Neureifen - Empreendimentos SA	509981453	-	3.192,30	-	
FIIF Global Fundo	720008166	261.255,62	-	-	230.504,27 Pag. em nome FIIF
HDN (França)	FR94804246783	-	576,00		
Totais		318.126,13	443.628,33	290.371,28	

Entidade	NIF	Contas a pagar (31/12/17)	Transações do período 2017		
			Serviços Obtidos	Outros	...
Urbaminho - Urbanizações do Minho S.A.	500427674	4.305,00	14.883,00		
Rodrigues & Nevoa, Lda.	501216855	4.239,39	4.498,00		
Bragaparcques SA	503208426	159,01	1.908,12		
Braval - Valoriz. e Trat. Resid. Sólidos S.A.	503730947	296,43	714,30		
Aquapor- Serviços, S.A	503913758	577,96	-		
Agere - Empresa de Águas	504807692	51.863,41	3.222,13		
Geswater - Águas E Resíduos, S.A	507294963	-	5.000,00		
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	507738950	220,60	1.220,60		
Like In, Lda.	509698298	2.506,12	885,00		
Neureifen - Empreendimentos SA	509981453	25.700,00	75.700,00		
		(1.520.000,00)	(1.520.000,00)		Adiantamento (Aq. Terreno)
FIIF Global Fundo	720008166	(11.186,49)	1.320.000,00		Rendas CCL Lisboa
		(1.218.573,31)	(1.877.634,70)		Adiantamento (RENDAS)
		(1.605.000,00)			Adiantamento (Aquisição Instalações)
Totais		(4.264.891,88)	(1.969.603,55)	0,00	

Entidade	NIF	Contas a receber (31/12/17)	Transações do período 2017	
			Serviços Prestados/Outros	,do qual Cedência do Espaço
Rodrigues & Nevoa, Lda.	501216855	4.635,70	13.484,05	
Bragaparcques SA	503208426	21.600,93	15.159,00	53.233,55
Águas do Vouga, s.A.	503689211	500,00	500,00	
Braval - Valoriz. e Trat. Resid. Sólidos S.A.	503730947	13.202,46	141.458,42	
Aquapor- Serviços, S.A	503913758	25.173,53	1.326,92	242.624,55
Agere - Empresa de Águas	504807692	14.559,92	152.626,05	
Geswater - Águas E Resíduos, S.A	507294963	-	2.174,81	
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	507738950	3.411,61	25.672,36	
Like In, Lda.	509698298	3.089,59	3.125,54	
Neureifen - Empreendimentos SA	509981453	26.400,00	27.630,00	
		45.500,00	45.500,00	
				Outros créditos
FIIF Global Fundo	720008166	674.210,26	412.954,64	Paga. em nome FIIF
HDN (França)	FR94804246783	-	513,34	
Totais		832.284,00	842.125,13	295.858,10

Não há política de preços especiais entre as empresas.

NOTA 8 (Activos intangíveis)

8.1 Divulgação para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos gerados internamente e outros activos intangíveis

I. As amortizações do período são calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias

	Vida útil	Taxa de amortização
Activos intangíveis – software de computadores	3 a 6 anos	16,67% a 33,33%

Não existem, activos intangíveis gerados internamente.

II. Os elementos dos activos intangíveis, todos com vidas úteis finitas, são amortizados pelo método da linha recta, durante um período que varia entre os 3 e os 6 anos.

III. Os activos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe:

Activos intangíveis	2017			2016		
	Quant. bruta escriturada	Amort. e perdas por imparidade	Quant. líquida escriturada	Quant. bruta escriturada	Amort. e perdas por imparidade	Quant. líquida escriturada
Software de computadores	644.566,01	644.543,08	22,93	644.566,01	642.733,57	1.832,44

IV. O valor das amortizações relativas a activos intangíveis incluídos na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e amortização” da demonstração dos resultados é o seguinte:

<i>Amortizações do período - Activos intangíveis</i>	2017	2016
Software de computadores	1.809,51	11.108,76

v. Os movimentos na rubrica activos intangíveis durante o ano de 2017 e 2016 são:

PROGRAMAS DE COMPUTADOR	2017	2016
Quantia Escriturada Bruta		
Saldo final período anterior	644.566,01	644.566,01
Adições	-	-
Saldo final período	644.566,01	644.566,01
Amortizações Acumuladas		
Saldo final período anterior	642.733,57	631.624,81
Adições	1.809,51	11.108,76
Regularizações	-	-
Saldo final período	644.543,08	642.733,57
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Saldo final período anterior	-	-
Saldo final período	-	-
Quantia Líquida Escriturada	22,93	1.832,44

NOTA 9 (Ativos fixos tangíveis)**9.1** Quantia escriturada

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA BRUTA

2016

	Terrenos	Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Saldo final								
período anterior	10.037.897,01	30.346.298,63	3.863.488,42	5.420.858,72	2.225.204,25	2.002.301,60	732.170,69	54.628.219,32
Adições	0,00	0,00	85.738,63	9.348.156,06	165.126,34	43.221,55	592.455,35	10.234.697,93
Alienações	0,00	0,00	0,00	(7.347.955,43)	0,00	0,00	0,00	(7.347.955,43)
Retiradas	0,00	0,00	0,00	(47.627,52)	0,00	0,00	0,00	(47.627,52)
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	598.414,63	0,00	0,00	0,00	0,00	(598.414,63)	0,00
Saldo final período	10.037.897,01	30.944.713,26	3.949.227,05	7.373.431,83	2.390.330,59	2.045.523,15	726.211,41	57.467.334,30

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS

2016

Saldo final								
período anterior	0,00	10.186.183,19	2.072.677,62	1.733.836,66	1.725.846,39	1.816.109,57	0,00	17.534.653,43
Adições	0,00	730.904,76	99.656,73	910.623,77	102.338,87	175.928,36	0,00	2.019.452,49
Alienações	0,00	0,00	0,00	(993.220,80)	0,00	0,00	0,00	(993.220,80)
Retiradas	0,00	0,00	0,00	(47.627,52)	0,00	0,00	0,00	(47.627,52)
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final período	0,00	10.917.087,95	2.172.334,35	1.603.612,11	1.828.185,26	1.992.037,93	0,00	18.513.257,60

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

2016

Saldo final								
período anterior	228.389,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228.389,81
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retiradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final período	228.389,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228.389,81
Quant. Liq. escriturada	9.809.507,20	20.027.625,31	1.776.892,70	5.769.819,72	562.145,33	53.485,22	726.211,41	38.725.686,89

QUANTIA ESCRITURADA BRUTA

2017

	Terrenos	Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Saldo final								
período anterior	10.037.897,01	30.944.713,26	3.949.227,05	7.373.431,85	2.390.330,59	2.045.523,15	726.211,41	57.467.334,32
Adições	0,00	46.225,00	92.131,34	0,00	89.767,87	289.741,68	192.610,58	710.476,47
Alienações	0,00	0,00	0,00	(5.996.160,38)	0,00	0,00	0,00	(5.996.160,38)
Retiradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	45.169,44	0,00	0,00	0,00	19.984,64	(65.154,08)	0,00
Saldo final período	10.037.897,01	31.036.107,70	4.041.358,39	1.377.271,47	2.480.098,46	2.355.249,47	853.667,91	52.181.650,41

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS

2017

Saldo final								
período anterior	0,00	10.917.087,95	2.172.334,35	1.603.612,11	1.828.185,26	1.992.037,93	0,00	18.513.257,60
Adições	0,00	733.667,66	106.316,63	245.010,18	94.752,09	193.689,10	0,00	1.373.435,66
Alienações	0,00	0,00	0,00	(714.036,07)	0,00	0,00	0,00	(714.036,07)
Retiradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final período	0,00	11.650.755,61	2.278.650,98	1.134.586,22	1.922.937,35	2.185.727,03	0,00	19.172.657,19

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

2017

Saldo final								
período anterior	228.389,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228.389,81
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retiradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final período	228.389,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228.389,81
Quant. Liq. escriturada	9.809.507,20	19.385.352,09	1.762.707,41	242.685,25	557.161,11	169.522,44	853.667,91	32.780.603,41

Em 31/12/2017, por conta de financiamentos obtidos junto de entidades bancárias, existiam as seguintes Garantias reais:

Garantias reais hipotecárias

Instalações Carclasse BRAGA	6.000.000,00	Novo Banco
Instalações Carclasse Guimarães	1.955.713,00	Caixa Geral de Depósitos
Instalações Carclasse Famalicão	3.300.000,00	Montepio Geral
	11.255.713,00	

9.2 Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros activos durante o período

Depreciação reconhecida nos resultados	2017	2016
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	733.667,65	730.904,76
Equipamento básico	106.316,61	99.656,73
Equipamento de transporte	245.010,18	910.624,16
Equipamento administrativo	94.752,08	102.338,87
Outros activos fixos tangíveis	193.689,14	175.928,36
	1.373.435,66	2.019.452,88

9.3 Itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas

	Data eficácia revalorização	Avaliador Independente	Método usado	Excedente de revalorização em 31.12.2017	Conta SNC	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	01-01-2010	Sim	Mercado activo	3.389.159,55	5891	9.809.507,20
Braga				-		2.959.507,20
Guimarães				1.225.766,00	58912100	2.200.000,00
Barcelos				708.637,78	58913100	1.300.000,00
Viana do Castelo				198.386,87	58914100	1.650.000,00
Vila Nova de Famalicão				1.256.368,90	58915100	1.700.000,00
Edifícios e outras construções	01-01-2010	Sim	Mercado activo	3.752.526,44	5891	14.744.403,75
Braga				877.723,79	58911200	2.133.752,19
Guimarães				286.863,74	58912200	4.377.664,32
Barcelos				893.827,38	58913200	2.055.952,80
Viana do Castelo				396.699,14	58914200	3.035.063,28
Vila Nova de Famalicão				1.297.412,39	58915200	3.141.971,17
Total				7.141.685,99		24.553.910,95

	2017			2016		
Alterações no período	Revalorizações legais	Revalorizações livres	Total	Revalorizações legais	Revalorizações livres	Total
Valor inicial	--	7.331.021,94	7.331.021,94	--	7.520.357,90	7.520.357,90
Reforço	--	-	-	--	-	-
Realização	--	189.335,95	189.335,95	--	189.335,95	189.335,95
Ajustamentos / regularizações	--	-	-	--	-	-
Transferências	--	-	-	--	-	-
Valor final	--	7.141.685,99	7.141.685,99	--	7.331.021,95	7.331.021,95

O valor do Imposto diferido referente à revalorização, e registado no capital foi reduzido em 44.740,08€:

	2017	2016
Imposto diferido		
Saldo inicial	931.462,07	976.202,16
Redução	44.740,08	44.740,09
Saldo final	886.721,99	931.462,07

NOTA 10 (Locações)

10.1 Locações financeiras

A Carclasse detém alguns equipamentos sob o regime de locação financeira. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes. O capital em dívida, referente a estes contratos era, em 31/12/2017, 884.293,69€.

a) Quantia escriturada líquida referente aos bens em locação financeira

	2017			2016		
	Valor	Deprec.	Quantia	Valor	Deprec.	Quantia
Activos fixos tangíveis	Aquisição	Acumulado	escrit. líquida	Aquisição	Acumulado	escrit. líquida
Edifícios e outras construções	36.115,00	12.640,25	23.474,75	36.115,00	10.834,50	25.280,50
Equipamento básico	957.208,44	493.077,43	464.131,01	957.208,44	422.637,80	534.570,64
Equipamento administrativo	250.018,45	141.621,78	108.396,67	250.018,45	129.580,25	120.438,20
Outros Activos fixos tangíveis	239.933,05	102.578,32	137.354,74	239.933,05	87.924,27	152.008,78
Totais	1.483.274,94	749.917,77	733.357,17	1.483.274,94	650.976,82	832.298,12
Activos Intangíveis						
Programas de computador	53.344,00	53.344,00	0,00	53.344,00	53.344,00	0,00
Totais	53.344,00	53.344,00	0,00	53.344,00	53.344,00	0,00
Total geral	1.536.618,94	803.261,77	733.357,17	1.536.618,94	704.320,82	832.298,12

b) Pagamentos futuros das locação financeira

	31/12/2017	31/12/2016
Pagamentos até 1 ano	266.664,45	280.656,19
Pagamentos entre 1 e 5 anos	617.629,24	884.293,62
Pagamentos a mais de 5 anos	-	-

10.2 Locações operacionais – locatários

A Carclasse celebrou vários contratos de aluguer operacional para equipamento administrativo (impressoras e fotocopiadoras). Não existe opção de compra no final do contrato.

Bem	Gastos com rendas em 2017		Gastos com rendas em 2016	
	Aluguer	Manutenção	Aluguer	Manutenção
Fotocopiadoras e impressoras	29.280,96	7.800,00	28.716,29	7.150,00



10.3 Transacções de venda, seguidas de locação

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 estavam activos os seguintes contratos, que configuravam lease back:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Viaturas afectas RAC	Outras	Viaturas afectas RAC	Outras
N.º contratos	3	1	233	1
Valor Aquisição	81.979,49	101.500,00	5.902.546,23	101.500,00
Deprec. Acumuladas	18.171,95	47.578,13	400.901,08	34.890,63
Quantia escriturada	63.807,54	53.921,88	5.501.645,15	66.609,38

Em 2017 foi concluído o processo de cedência contratual das viaturas afectas à actividade de Rent a Car, ficando apenas na Carclasse as viaturas com mais de 6 meses; até 31/12/2017, destas, apenas 3 viaturas não estavam vendidas.

Do processo de cedência da posição contratual, iniciado em 2016, entre a Carclasse, as locadoras e a Rent Stern Unipessoal, foram cedidos 92 contratos em 2016, e 114 em 2017.

b) Pagamentos futuros dos leasebacks:

	31/12/2017	31/12/2016
Pagamentos até 1 ano	71.826,16	3.757.878,98
Pagamentos entre 1 e 5 anos	-	2.590.690,16
Pagamentos a mais de 5 anos	-	-

NOTA 11 (Custo de empréstimos obtidos)

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo.

NOTA 12 (Imparidade de activos)

Os activos da Carclasse foram avaliados à data de balanço, de forma a detectar eventuais perdas por imparidade. Procedeu-se ao registo das perdas de imparidade materialmente relevantes.

12.1 Decomposição dos movimentos relativos ao reconhecimento de perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade efectuadas no presente período

	2017		2016	
Imparidade	Clientes	Total	Clientes	Total
Perdas de imparidade reconhecidas nos resultados	74.666,62	74.666,62	70.354,81	70.354,81
Reversões de perdas de imparidade reconhecidas nos resultados	23.649,96	23.649,96	21.453,04	21.453,04
Total	51.016,66	51.016,66	48.901,77	48.901,77

12.2 Descrição das perdas por imparidade materiais reconhecidas

A Carclasse procedeu à revalorização dos terrenos em 2010. Da avaliação, efectuada por um perito independente, resultou um aumento de valor para todos os terrenos (creditado em capitais próprios), com excepção do terreno das instalações de Braga, cuja imparidade foi reconhecida nos resultados do período 2010 (228.389,81€). A perda de imparidade está registada na respectiva rubrica dos AFT.

Refira-se que o terreno das instalações de Braga é composto por três parcelas, sendo que uma delas foi adquirida por um valor superior ao valor de mercado, pois a sua não aquisição comprometeria o futuro crescimento das instalações.

12.3 Perdas por imparidade agregadas e reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período (não materialmente relevantes individualmente)

Imparidade	2017	2016
(Clientes)		
Saldo Inicial	951.855,11	902.953,34
Reforço	74.666,62	70.354,81
Reversão	23.649,96	21.453,04
Saldo Final	1.002.871,77	951.855,11

As imparidades de clientes foram constituídas com base numa avaliação interna, sendo que parte do montante foi reclamada judicialmente.

NOTA 13 (Inventários)**13.1** Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, quando inferior.

A Carclasse adopta como fórmula de custeio dos seus inventários a identificação específica, no caso das viaturas, e o custo médio ponderado, para as peças e acessórios.

O sistema de inventário é permanente.

13.2 Quantia total escriturada de inventários

	31/12/2017	31/12/2016
Inventários		
Mercadorias - Viaturas	31.236.108,85	25.145.210,36
Mercadorias - Peças e acessórios	5.664.025,44	5.607.567,00
Total	36.900.134,29	30.752.777,36

13.3 Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

	2017	2016
Inventário inicial	30.752.777,36	25.550.426,66
Compras	171.166.269,15	147.193.579,58
Regularização de inventários	-	-
Inventário final	36.900.134,29	30.752.777,36
Gasto do período (CMV)	165.018.912,22	141.991.228,88

No final de 2017, a MBP apoiou o abate fiscal de peças da marca, no valor de 318.708,40€.

O apoio concedido foi de 158.166,46€, cerca de 50% do valor abatido.

NOTA 14 (Réditos)

A Carclasse reconhece os réditos de acordo com a política descrita na Nota 3.

Quantias significativas do rédito:

	2017	2016
Vendas	178.192.691,73	152.741.432,73
Viaturas	153.217.917,98	131.131.823,33
Peças e acessórios	24.974.773,75	21.609.609,40
Prestação de serviços	7.224.109,30	6.868.102,94
Serviço pós-venda	7.091.518,65	5.749.640,16
Rent-a-car	-	1.019.260,88
Outros	132.590,65	99.201,90
Outros rendimentos e ganhos	7.721.918,79	7.526.751,59
Incentivos/ apoios comerciais	4.867.940,44	4.270.550,34
Cedência espaço (estabelecimento de Lisboa)	308.001,20	328.153,12
Afectação interna de Prest. Serviços	921.657,44	1.004.877,73
Comissões / recuperação de despesas	756.584,34	773.667,89
Ganhos em inventários	261.962,80	95.060,94
Rend. e ganhos - alienação de activos fixos tangíveis	522.963,90	960.363,68
Outros	82.808,67	94.077,89

NOTA 15 (Provisões, passivos contingentes e activos contingentes)**15.1** Provisões

Durante o período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

Provisões	Saldo inicial	Aumento	Reversão / utilização	Saldo Final
Garantias a clientes	22.200,00	6.200,00	23.000,00	5.400,00
Processos judiciais em curso	7.029,90	-	5.779,90	1.250,00

Em 2016, foram estes os movimentos:

Provisões	Saldo inicial	Aumento	Reversão / utilização	Saldo Final
Garantias a clientes	30.600,00	23.400,00	31.800,00	22.200,00
Processos judiciais em curso	8.279,90	-	1.250,00	7.029,90

15.2 Passivos contingentes

Foi conhecida no final de 2017 a sentença, favorável à Carclasse, relativa ao processo que a Carclasse tinha pendente no Tribunal Central Administrativo do Norte (TCAN) relativamente a liquidações adicionais de IVA dos anos de 1999, 2000 e 2002, cuja sentença na 1.ª instância tinha sido parcialmente desfavorável (parte do imposto liquidado relativo a transacções intracomunitárias, no valor aproximado de 233.065,99€); aguardamos o reembolso deste valor. Também em 2017 a sentença do recurso interposto pela Carclasse, relativamente à impugnação de liquidações adicionais de IRC foi conhecida, e igualmente favorável (dos períodos de 1999 e consequente anulação do prejuízo reportado em 2000; em causa 885.900,37€ de imposto); deste valor, recebemos já 748.913,94€, no início de 2018, e aguardamos a devolução do restante.

Por entender desde o início que este seria o desfecho, não foi constituída qualquer provisão.

NOTA 16 (Subsídios do governo)

A rubrica Outros rendimentos, inclui Subsídios do estado, no valor de 22.929,37€ em 2017, e 19.025,70€ em 2016, respeitante a subsídios do IEF, associados à política de contratação de colaboradores.

NOTA 17 (Imposto sobre o rendimento)

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referido código. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

17.1 Impostos diferidos (activos e passivos)

A Carclasse reconhece todos os activos e passivos por impostos diferidos nas suas DF, de acordo com a NCRF 25. Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Activos por impostos diferidos	10.407,17	14.323,47
Passivos por impostos diferidos	(1.017.620,03)	(1.067.053,23)
	(1.007.212,86)	(1.052.729,76)



Os activos e passivos por impostos diferidos compõem-se assim:

Activos por Imp. Diferidos	Saldo inicial	Reforço/ constituição	Reversão	Saldo Final
Provisões p/ garantias	5.198,60	1.276,02	5.198,60	1.276,02
Perdas Imparidade (clientes)				
além limites legais	9.124,87	9.131,16	9.124,88	9.131,15
	14.323,47	10.407,18	14.323,48	10.407,17
Passivos por Impostos Diferidos				
Excedentes de revalorização	135.591,16	0,00	4.693,11	130.898,05
(anterior normativo)				
Excedentes de revalorização	931.462,07	0,00	44.740,09	886.721,98
	1.067.053,23	0,00	49.433,20	1.017.620,03

O imposto sobre o rendimento do exercício decompõe-se assim:

	2017	2016
Imposto corrente	966.524,94	830.726,36
Imposto à taxa normal	645.487,47	599.810,41
Derrama municipal	44.426,09	40.844,23
Derrama estadual	47.212,50	0,00
Tributações autónomas	229.398,88	190.071,72
Imposto diferido	(776,82)	(11.753,60)
Reservas de reavaliação anteriores a 2009	(4.693,12)	(4.693,12)
Garantias a clientes	3.922,58	2.032,18
Imparidade clientes	(6,28)	(9.092,66)
Utilização prejuízos fiscais	0,00	0,00
Ajustamentos transição POC / SNC	0,00	0,00
Total de Imposto	965.748,12	818.972,76
Resultado Antes de Impostos	3.007.106,74	2.820.585,67
Taxa Efectiva IRC	32,12%	29,04%

17.2 Outras informações

Conforme se lê na nota 15.2, a Carclasse conheceu as sentenças dos recursos interpostos para o Supremo Tribunal Administrativo, relativamente à impugnação de liquidações adicionais de IVA e IRC, favoráveis como se acreditava desde o início.

NOTA 18 (Informações sobre matérias ambientais)

A empresa cumpriu com todas as obrigações legais com o objectivo de evitar e/ou reduzir os danos ambientais decorrentes do exercício da sua actividade.

	Gasto 2017	Gasto 2016
Tratamento de resíduos	65.909,81	65.585,81
Sistemas de limpeza de componentes mecânicos e equipamentos de pintura, recolha, reciclagem e reutilização de resíduos	69.117,92	64.529,08
Seguro responsabilidade ambiental	819,34	709,16
Total	135.847,07	130.824,05

NOTA 19 (Instrumentos financeiros)

É política da Carclasse reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, com excepção dos activos financeiros cotados em bolsa, que estão mensurados ao justo valor.

19.1 Activos financeiros mensurados ao justo valor

Os activos financeiros são mensurados ao justo valor, com base na cotação de mercado.

	2017	2016
Quantia escriturada		
Activos financeiros detidos para negociação	1.045,05	905,40

19.2 Passivos financeiros mensurados ao custo: financiamentos obtidos

À data de 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os financiamentos obtidos decompunham-se como se segue:

Prazos de reembolso dos financiamentos obtidos:

31/12/2016	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos Obtidos				
Empréstimos bancários	24.073.342,85	20.003.367,37	4.069.975,48	-
Locações financeiras	6.348.569,14	3.757.878,98	2.590.690,16	-
Accionistas	1.587.795,15	1.587.795,15	-	-
Outros financiamentos	20.521.605,64	20.521.605,64	-	-
Total	52.531.312,78	45.870.647,14	6.660.665,64	-

31/12/2017

Financiamentos Obtidos				
Empréstimos bancários	25.151.447,38	17.270.486,88	7.880.960,50	-
Locações financeiras	956.119,85	338.490,61	617.629,24	-
Accionistas	4.462.748,35	4.462.748,35	-	-
Outros (Crédito ao stock)	26.462.674,49	26.462.674,49	-	-
Total	57.032.990,07	48.534.400,33	8.498.589,74	-

Financiamentos correntes e não correntes:

Financiamentos Obtidos	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários	7.880.960,50	4.069.975,48
Responsabilidade com Locações financeiras	617.629,24	2.590.690,16
Accionistas		
Outros financiamentos	-	
	8.498.589,74	6.660.665,64
Empréstimos correntes		
Empréstimos bancários	17.270.486,88	20.003.367,37
Responsabilidade com Locações financeiras	338.490,61	3.757.878,98
Accionistas	4.462.748,35	1.587.795,15
Outros financiamentos	26.462.674,49	20.521.605,64
	48.534.400,33	45.870.647,14
Total corrente e não corrente	57.032.990,07	52.531.312,78

19.3 Activos financeiros com reconhecimento de imparidade (clientes)

As imparidades de clientes (nota 11.1) devem-se a evidências objectivas, nomeadamente, dificuldades financeiras dos respectivos devedores, a incumprimento no pagamento, insolvência por parte dos devedores.

	31/12/2017	31/12/2016
Cientes comerciais	13.980.537,35	12.497.905,67
Perdas imparidade	- 1.002.871,77	- 951.855,11
	12.977.665,67	11.546.050,56
Adiantamentos de clientes	- 1.817.936,60	- 2.908.933,98
Total	11.159.729,07	8.637.116,58

19.4 Fornecedores

A rubrica de fornecedores regista essencialmente os valores devidos pelo fornecimento de bens e serviços associados às n/ actividades (aquisição de viaturas, peças e acessórios, assim como fornecimento de bens e serviços externos).

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores conta corrente	6.995.229,51	8.925.397,51
Adiantamentos a fornecedores	- 1.289.326,01	- 658.558,61
Total	5.705.903,50	8.266.838,90

Os adiantamentos a fornecedores estão incluídos na rubrica Outros Créditos a Receber, no balanço.

19.5 Outras dividas a pagar e outros créditos a receber

Foram registados os seguintes movimentos, não havendo vencimento de juros associado.

		Saldo Inicial	Redução	Aumento	Saldo Final
Accionistas					
2016	Accionistas - suprimentos	3.434.784,30	2.404.892,15	557.903,00	1.587.795,15
2017	Accionistas - suprimentos	1.587.795,15	1.545.000,00	4.419.953,20	4.462.748,35

	31/12/2017	31/12/2016
Outras dividas a pagar		
Pessoal	11.509,11	14.275,75
Fornecedores de investimentos	390.783,29	339.678,99
Acréscimo de gastos	2.338.859,50	1.880.825,08
do qual remunerações e encargos	1.836.251,69	1.366.944,95
Credores diversos	873.131,72	676.553,13
Total	3.614.283,62	2.911.332,95
Outros créditos a receber	2.121.964,21	1.917.806,35
Devedores por acréscimos	3.125.000,00	1.605.000,00
Adiantamentos por conta investimentos	1.654.056,83	957.473,99
Adiantamentos a fornecedores	1.251.000,00	-
Outros devedores	303.225,19	311.567,79
Total	8.455.246,03	4.791.848,13

NOTA 20 (Benefícios dos empregados)

Os benefícios dos empregados da Carclasse são exclusivamente de curto prazo.
O número médio de colaboradores aumentou, sendo 423 em 2017, e 390 em 2016.
A rubrica gastos com pessoal é analisada assim:

	2017	2016
Remuneração colaboradores	7.197.096,80	6.063.546,19
Comissões e incentivos comerciais	971.791,39	797.249,04
Prémios de desempenho e assiduidade	1.305.004,49	1.073.129,97
Gratificação	97.262,91	0,00
Formação	153.942,52	189.914,28
Outros gastos c/ pessoal	213.154,21	150.584,76
do qual compensações / indemnizações por cessação de contratos	78.811,91	17.624,46
Seguro de acidentes de trabalho	138.004,33	84.155,19
Encargos sobre remunerações	2.125.901,97	1.774.644,84
Total	12.202.158,62	10.133.224,27

Os órgãos sociais passaram a ser remunerados em 2017, sendo que o total de remunerações e respectivos encargos foi de 367.031,26€ (incluído no resumo acima).

NOTA 21 (Capital Subscrito)

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Capital	9.000.000,00	7.500.000,00
Acções próprias	(135.040,00)	(135.040,00)
Reservas legais	1.500.000,00	691.801,01
Outras reservas	436.238,24	436.238,24
Resultados transitados	3.092.382,10	1.709.632,23
Excedentes de revalorização	6.254.963,98	6.399.559,85
Resultado líquido do período	2.041.358,62	2.001.612,91
Total Capital Próprio	22.189.902,94	18.603.804,24

21.1 Capital Subscrito

O capital social foi aumentado em 2017, por entrada de dinheiro, para 9.000.000€.

É constituído por 1.800.000 acções escriturais, nominativas, com o valor unitário de 5 euros, e encontra-se totalmente realizado.

21.2 Acções próprias

A Carclasse detém 27.008 acções próprias, perfazendo o valor de 135.040€, sendo 5€ o valor unitário de cada acção. Existe uma reserva indisponível incluída na rubrica outras reservas, de montante igual às acções próprias.

21.3 Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Entidade. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

21.4 Outras reservas

A rubrica de outras reservas, inclui Reservas Livres, no montante de 301.198,24€, e uma Reserva indisponível no valor de 135.040€, em virtude da detenção de acções próprias, nos termos do n.º 1 alínea b) do art. 324 do CSC.

21.5 Aplicação de resultados

Conforme proposto pelo Conselho de Administração, o Resultado líquido de 2.041.358,62€ do período 2017, será distribuído assim:

Reserva Legal	300.000,00€
Resultados transitados	1.741.358,62€.

Desta forma a Reserva legal fica de acordo com o exigido no art.295 do CSC, 20% do capital social, ou seja, 1.800.000€.

NOTA 22 (Honorários - SROC)

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais (66ª-A) cumpre-nos divulgar que o gasto com Honorários a título de Revisão pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas em 2017 e 2016 foi:

	2017	2016
Honorários	13.560,00	13.560,00
Outros Serviços	10.000,00	10.000,00

NOTA 23 (Outras divulgações)

De forma a permitir uma melhor leitura das DFs anexas, acrescentamos as seguintes divulgações:

23.1 Factores de risco financeiro

A atividade da Carclasse está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pela Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

De referir que apesar do valor de financiamentos obtidos relevados no passivo corrente ascender a 31 de Dezembro de 2017 a 48.534.400,33€, os riscos da sociedade relacionados com aquele endividamento, apresentam-se controlados não existindo assim risco de liquidez em virtude de 26.462.674,49€ corresponder a linhas de financiamento de stock, das marcas que representamos. Se assim não fosse, este valor estaria na rubrica de fornecedores. De salientar, também, que o valor de financiamentos obtidos inclui o valor de suprimentos, 4.462.748,35€.

23.2 Garantias prestadas

As garantias potenciais são as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Garantias prestadas a fornecedores	12.949.510,67	12.919.511,19
Garantias a favor do IGTC	14.236,88	14.236,88
Outras	1.705.913,14	899.590,00
	14.669.660,69	13.833.338,07

E são prestadas por entidades bancárias e terceiros:

	31/12/2017	31/12/2016
Garantias potenciais		
Bancárias	13.540.633,69	12.974.248,07
Por terceiros	1.129.027,00	859.090,00
	14.669.660,69	13.833.338,07

Em 31/12/2017 existiam as seguintes garantias reais hipotecárias, a favor de entidades bancárias:

Garantias reais hipotecárias

Instalações Carclasse BRAGA	6.000.000,00
Instalações Carclasse Guimarães	1.955.713,00
Instalações Carclasse Famalicão	3.300.000,00
	11.255.713,00

23.3 Fornecimentos e Serviços Externos

	2017	2016
Subcontratos	1.394.894,38	847.257,33
Serviços Especializados	2.074.124,88	1.747.310,03
Trabalhos Especializados	193.663,54	269.939,13
Publicidade e propaganda	903.184,32	711.564,88
Vigilância e segurança	190.209,93	182.383,13
Honorários	40.900,33	72.337,00
Comissões	67.852,18	62.988,70
Conservação e reparação	677.976,32	447.876,17
Outros Serviços Especializados	338,26	221,02
Materiais	764.579,59	572.836,61
Ferr.e utensílios desg. rápido	138.318,43	111.269,61
Livros e documentação técnica	393.425,80	303.680,31
Material de escritório	67.354,71	52.619,32
Artigos para oferta	59.894,31	24.692,13
Outros	105.586,34	80.575,24
Energia e Fluidos	587.846,63	547.547,77
Electricidade	244.129,54	237.083,76
Combustíveis	315.459,86	287.559,42
Água	28.257,23	22.904,59
Deslocações, Estadas e Transportes	212.037,36	214.685,69
Deslocações e estadas	134.839,05	142.449,65
Transportes de mercadorias	77.198,31	71.912,04
Outros		324,00
Serviços Diversos	2.700.223,73	2.410.546,21
Rendas e alugueres	1.740.902,73	1.350.777,31
Comunicação	165.972,30	161.023,07
Seguros	190.053,58	406.092,19
Contencioso e notariado	41.025,67	50.161,65
Despesas de representação	251.747,05	146.490,74
Limpeza, higiene e conforto	294.595,70	286.923,97
Outros serviços diversos	15.926,70	9.077,28
Total	7.733.706,57	6.340.183,64

23.4 Gastos e perdas de financiamento

	2017	2016
Juros suportados		
de financiamentos obtidos (empréstimos bancários)	927.826,26	945.544,49
de financiamentos obtidos (locações financeiras)	71.650,72	151.959,09
outros juros	453.012,40	371.389,33
Total	1.452.489,38	1.468.892,91

23.5 Outros gastos

	2017	2016
Impostos	473.912,78	402.680,04
Descontos de p.pag. concedidos	-	28,64
Correcções períodos anteriores	84.111,66	12.666,82
Perdas em inventários	318.799,78	91.521,89
Gastos e perdas invest.n finan	31.031,22	32.625,52
Despesas bancárias (operacionais)	382.963,77	474.414,87
Gastos internos (prest.serviços, peças e acessórios)	860.960,91	1.133.116,63
Perd Alien. Partic Financeiras		
Outros	163.743,99	165.121,97
Total	2.315.524,11	2.312.176,38

23.6 Diferimentos

	2017	2016
Gastos a reconhecer	176.464,24	249.900,55
Rendimentos a reconhecer	(332.742,86)	(251.585,66)
Total	(156.278,62)	(1.685,11)

Os gastos a reconhecer incluem seguros, despesas bancárias e serviços externos.

Dos rendimentos a reconhecer, cerca de 326.000€ é rapel recebido antecipadamente, o qual será reconhecido nos resultados no primeiro semestre de 2018.

23.7 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, era no final de cada período:

	2017		2016	
	A pagar	A recuperar	A pagar	A recuperar
Imposto sobre o rendimento (IRC)		538.339,65	556.459,00	885.900,37
Retenção de imposto s/ o rendimento de 3.ºs	163.877,92		108.915,28	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	190.128,24		625.118,94	979.364,13
Contribuições para a segurança social	236.309,72		208.146,46	
Outras tributações	20,00		20,00	
Total	590.335,88	538.339,65	1.498.659,68	1.865.264,50

Em 2016, a Carclasse pagou os valores reclamados em tribunal, relativos a IRC e IVA, aderindo ao PERES.

A decisão do tribunal foi conhecida em 2017, favorável à Carclasse; parte do valor foi reembolsado no início de 2018 (748.913,94€).

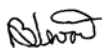
NOTA 24 (Acontecimentos após a data a Balanço)

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto, os accionistas poderão, em Assembleia-Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações. Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

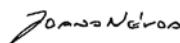
Braga, 20 de abril de 2018



O Conselho de Administração
Domingos Gonçalves Névoa



Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa



Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa



O Contabilista Certificado N.º 32337
Maria da Luz Vilaça Costa



ANEXOS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Carclasse - Comércio de Automóveis, S. A., que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 93.597.692 euros e um total de capital próprio de 22.189.903 euros, incluindo um resultado líquido de 2.041.359 euros) e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de Carclasse - Comércio de Automóveis, SA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias, que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Braga, 04 de maio de 2018

O Fiscal Único
Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados - SROC, Lda (SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por



Anabela Barbosa Dias
(ROC 1278; CMVM 20160889)



Dr. Gaspar Vieira de Castro,
(ROC 557; CMVM 20160219)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

De harmonia com as disposições legais vem o Fiscal Único da sociedade Carclasse - Comércio de Automóveis, S.A. submeter à apreciação de V. Exas o Relatório sobre o exercício das suas funções e dar o parecer sobre o relatório, as contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício de 2017, nos termos seguintes:

1. No quadro das normas estatutárias e legais aplicáveis, em especial nos termos dos artigos 420º., 421º. e 452º. do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, ao longo do exercício e a propósito do encerramento das contas:

- à fiscalização dos actos da Administração, com base nos elementos da respectiva contabilidade e nas informações e esclarecimentos prestados pela mesma Administração;
- à verificação da observância da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- à verificação periódica, com a profundidade e extensão julgadas adequadas nas circunstâncias, dos documentos, registos e livros de escrituração;
- à análise das Demonstrações Financeiras, bem como do Relatório de Gestão;
- à apreciação do Relatório do Revisor Oficial de Contas.

2. Os procedimentos enunciados e o acompanhamento em geral da actividade da Empresa e do Mercado permitem-nos concluir que:

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a actividade desenvolvida e a situação da Sociedade;
- os actos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com o contrato de sociedade;
- a Certificação Legal das Contas, emitida sem reservas ou ênfases, merece a nossa concordância.

3. Nestas condições e como conclusão, somos de parecer que:

- Aprovelem as Contas e o Relatório de Gestão, à luz das considerações anteriores;
- Aprovelem a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão;
- Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade e sobre elas tirem as conclusões referidas no artº. 455 do Código das Sociedades Comerciais.

Braga, 04 de maio de 2018

O Fiscal Único

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados - SROC, Lda (SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por



Anabela Barbosa Dias
(ROC 1278; CMVM 20160889)



Dr. Gaspar Vieira de Castro,
(ROC 557; CMVM 20160219)



BRAGA

E.N. 101 (Braga - Guimarães)
Apartado 2127 · Nogueira
4701 - 911 Braga
T 253 240 010
F 253 240 019

VILA NOVA DE FAMALICÃO

E.N. 14 (Famalicão - Trofa)
Apartado 7104
4761 - 908 Ribeirão
T 252 330 550
F 252 330 560

GUIMARÃES

Rua 25 de Abril (E.N. 206) s/n
Silvares
4835 - 400 Guimarães
T 253 539220
F 253 539 229

BARCELOS

Lugar do Paço Velho · V.F.S. Pedro
E.N. 103 (Barcelos - Esposende)
Apartado 132
4754 - 909 Barcelos
T 253 809 900
F 253 809 919

VIANA DO CASTELO

Rua do Barral – Apartado 551
4901 - 908 Viana do Castelo
T 258 840 450
F 258 840 455

LISBOA

Av. Marechal Gomes da Costa, 33
1800-255 LISBOA
T 211 901 001
F 211 901 099



Mercedes-Benz

